

4.2 Certificados			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	N/D ³⁹
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D ⁴⁰	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

³⁹ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 31.072.103/0001-90 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet".

⁴⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/05/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴¹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT		N/A					
CADE		N/A					
CVM		N/A					
TCU		N/A					

⁴¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais⁴³ - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia⁴⁴

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



d) Izabella Cristina Correia de Resende 06908903621

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Izabella Cristina Correia de Resende 06908903621		
Nome Fantasia	Conexões Hídricas		
CNPJ	33.204.037/0001-90		
Natureza Jurídica	Empresário Individual		
CNAE Primário	85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CNAE Secundário	82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente		
Capital Social	BRL 100,00		
Data de Abertura	01/04/2019		
Endereço	Avenida da Sinfonia (Conjunto Helena Antipoff), 424, Bloco 2, Apartamento 902, Santa Amélia, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.560-420		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ⁴⁵	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ⁴⁶	Função/Cargo
Izabella Cristina Correia de Resende	069.089.036-21	100,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴⁷	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta

⁴⁵ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 01/06/2020.

⁴⁶ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴⁷ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D ⁴⁸	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos
Doações Eleitorais

⁴⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵⁰							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

⁴⁹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁰ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁵¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁵²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁵¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “José de Castro Procópio”, Coordenador Geral do Instituto Guaicuy, inscrito no CPF sob o número 308.414.706-00, responsável por acompanhar as atividades realizadas pelo Instituto e apoiar as atividades em geral.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

JOSÉ DE CASTRO PROCÓPIO

JUNHO DE 2020



**Building a better
working world**

Número do documento: 20070618333738000000121980599

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618333738000000121980599>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:38

Num. 123307146 - Pág. 160



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "José de Castro Procópio", ("José Procópio", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 308.414.706-00, e com relação à entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Infoc Editoras Ltda. ("Infoc Editoras")	Pessoa Jurídica	26.169.920/0001-21
José de Castro Procópio CPF 308.414.706-00 ("Lapalund")	Pessoa Jurídica	08.756.243/0001-66
Zélia Maria de Castro Procópio ("Zélia Procópio")	Pessoa Física	N/I



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
 - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
 - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
 - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
 - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
 - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
 - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
 - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
 - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
 - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
 - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
 - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
 - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de

dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;

- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	José Procópio
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	José Procópio
Interações com agentes públicos ou administração pública		José Procópio
Parcerias com ATI em questão		José Procópio
Outras Parcerias		José Procópio
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		José Procópio Infoc Editoras Lapalund
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) José de Castro Procópio

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	José de Castro Procópio	
CPF	308.414.706-00	
Data de Nascimento	05/02/1958	
Posição	N/I	
Endereço	Rua Camanducaia, 56, Salgado Filho, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.516-160	
Outros Endereços	Rua Dante, 438, Casa 3, São Lucas, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.240-290	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
Instituto Guaiacuy - SOS Rio das Velhas	04.518.749/0001-86	0,00%
Jose de Castro Procopio CPF 308 414 706 00	08.756.243/0001-66	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	27/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição		Data da Consulta	Resultado
Lista de Sanções - OFAC		25/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - ONU		25/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia		25/05/2020	Nada consta
Lista de Sanções - França		25/05/2020	Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ		25/05/2020	Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Poder Executivo Federal	Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama	Conselheiro		2019
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais ³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0749786-05.1996.8.13.0024	13/08/1996	N/I	Execução de Título Extrajudicial	Ativa: Milbanco S.A. Passiva: José de Castro Procópio; Heitor Mafra; Hernania Lustosa
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0412944-39.2017.8.13.0000	24/05/2017	Direito Processual Civil e do Trabalho - Liquidação - Cumprimento - Execução -	Agravo de Instrumento	Ativa: Milbanco S/A Passiva: José de Castro Procópio; Heitor Mafra Passiva; Phax Publicidade e Produções Ltda.

³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Levantamento de valor		

4.6 Registros de Mídia ⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
CBH Velhas ⁵	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal CBH Velhas reporta que José Procópio é encarregado de acompanhar os processos de comunicação e mobilização da Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios - ADAO.
LinkedIn ⁶	2002 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no LinkedIn reporta que José Procópio é o Mobilizador/Programador Visual do projeto Manuelzão - UFMG.
	2011 - 2015		Publicação no LinkedIn reporta que José Procópio foi Membro Titular da CBH Rio das Velhas.
	2014 - 2015		Publicação no LinkedIn reporta que José Procópio foi Coordenador da Câmara Técnica de Comunicação e Mobilização do CBH Velhas.
Sou Ecológico ⁷	02/02/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Outras Parcerias	Publicação do portal Sou Ecológico reporta que José Procópio se posicionou como mobilizador do projeto Manuelzão quanto a estudos preliminares de viabilidade das intervenções nos rios Urucuia, Paracatu e Velhas.
Manuelzão ⁸	2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Outras Parcerias	Publicação do portal Manuelzão reporta que José Procópio foi Editor/organizador de um projeto denominado Bacia Hidrográfica como Instrumento Pedagógico para Transversalidade.
Governo do Estado de Minas Gerais ⁹	30/09/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal do Governo do Estado de Minas Gerais reporta que José Procópio se reuniu à Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos como representante de entidades da sociedade civil ligada aos recursos hídricos. "Em 30 de setembro de 2011, reuniu-se a

⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ Fonte: [CBH Velhas](#). Acesso em 28/05/2020.

⁶ Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 27/05/2020.

⁷ Fonte: [Sou Ecológico](#). Acesso em 27/05/2020.

⁸ Fonte: [Manuelzão](#). Acesso em 27/05/2020.

⁹ Fonte: [Governo do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 27/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	<i>Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Paula Meireles Aguiar / Evilânia Alfenas Moreira e Rander Abrão Tostes - representantes dos usuários de recursos hídricos; José de Castro Procópio - representante de entidade da sociedade civil ligada aos recursos hídricos".</i>
Assembleia Legislativa de Minas Gerais ¹⁰	06/08/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que José Procópio levantou a questão do problema ambiental em audiência pública. "O problema ambiental foi também levantado pelo mobilizador do Projeto Manuelzão e conselheiro do Subcomitê da Bacia Ribeirão da Mata, José de Castro Procópio. Ele relembrou as constantes inundações que ocorrem em Vespasiano devido ao aterramento do Ribeirão da Mata. "Todo ano o risco de inundações aumenta, e isso está ligado à mentalidade de expulsão das águas com o asfaltamento. Nós temos uma bomba plantada no Ribeirão da Mata", afirmou".
Ecodebate ¹¹	03/03/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Ecodebate reporta artigo escrito por José Procópio em que ele versa sobre "Falta d'água: uma reação em cadeia", também é possível identificar que o autor indicado é ambientalista e Artista plástico -Gestor Ambiental, Presidente do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. Há a informação de que o Artigo foi enviado pelo autor ao website, e originalmente publicado em seu blog pessoal.
Nossa casa ¹²	03/11/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Nossa Carta reporta que José Procópio foi signatário de uma carta do Movimento em Defesa do Instituto Nacional da Mata Atlântica, carta destinada ao Ministro Gilberto Kassab.
Agência Peixe vivo ¹³	07/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Agência Peixe vivo reporta que José Procópio auxiliou o projeto da instituição na parte de Mobilização Socioambiental com o objeto de "Contratação de Consultoria Especializada para a Elaboração de Diagnóstico e Plano de Ações de Lagoas Cársticas Visando à Recuperação Hidroambiental da Lagoa do Fluminense, no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais".

¹⁰ Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 27/05/2020.

¹¹ Fonte: [Ecodebate](#). Acesso em 27/05/2020.

¹² Fonte: [Nossa casa](#). Acesso em 27/05/2020.

¹³ Fonte: [Agência Peixe vivo](#). Acesso em 27/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴			
UFMG ¹⁴	16/10/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal da UFMG reporta que o projeto da UFMG Manuelzão, representado pelo Instituto Guaicuy, tomou posse como uma das entidades ambientalistas mineiras titulares no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) sendo o <i>Target</i> José Procópio segundo titular do conselho.
Diário Oficial da União ¹⁵	27/02/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial da União reporta que José Procópio foi designado, por Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, para função de membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA sendo Conselheiro titular da instituição. "O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e no Regimento Interno do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Anexo à Portaria nº 452, de 17 de novembro de 2011, e o que consta no Processo SEI nº 02000.000017/2015-87, resolve: Art. 1º Designar para a função de membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA os representantes do Instituto Guaicuy - SOS RIO DAS VELHAS a seguir indicados: I - titular: José de Castro Procópio; II - primeiro suplente: Marcus Vinicius Polignano; e III - segundo suplente: Francisco Rodrigues Soares. Art. 2º Ficam revogados o inciso I, do art. 1º, da Portaria nº 74, de 16 de março de 2016, e o inciso IV do art. 1º, da Portaria nº 46, de 13 de março de 2015. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação".
Portal da Transparência ¹⁶	24/04/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal da Transparência reporta que José Procópio teve seis viagens realizadas e financiadas pelo Ministério do Meio Ambiente, tendo como último trecho Brasília/DF - Belo Horizonte/MG entre 24/04/2019 e 24/04/2019 Viagens registradas entre 17/03/2016 e 24/04/2019.
Andifes ¹⁷	22/03/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Andifes reporta que José Procópio como presidente do Instituto Guaicuy (entidade apoiadora do Projeto Manuelzão UFMG) foi um dos Coautores do livro "Mar de Lama da Samarco".
Portal da Transparência ¹⁸	15/05/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Portal da Transparência reporta que José Procópio recebeu recursos no total de R\$ 3.970,05, do Ministério do Meio Ambiente entre as datas de 10/03/2016 a 15/05/2019, envolvendo Unidades Gestoras Subsecretaria de Planejamento Orçamentário e Administrativos, Secretaria de

¹⁴ Fonte: [UFMG](#). Acesso em 27/05/2020.

¹⁵ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 27/07/2020.

¹⁶ Fonte: [Portal da Transparência](#). Acesso em 27/07/2020.

¹⁷ Fonte: [Andifes](#). Acesso em 27/05/2020.

¹⁸ Fonte: [Portal da Transparência](#). Acesso em 28/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴			
			Articulação Inst. E Cidadania Ambiental, IBAMA- Coordenação Geral de Finanças, tendo como modalidade de despesa "Reserva de Contingência".
Instituto Guaicuy ¹⁹	14/04/2020	Parcerias com a ATI em questão	No portal do Instituto Guaicuy foi identificada Normativa Interna, instituída pela Portaria n. 003, de 14 de abril do corrente ano, em que consta José de Castro Procópio como Presidente do Instituto e Coordenador Geral da Área 5.
Instituto Guaicuy ²⁰	22/05/2020	Parcerias com a ATI em questão	No portal do Instituto Guaicuy foi identificada Normativa Interna, instituída pela Portaria n. 005, de 22 de maio do corrente ano, em que consta a substituição de José de Castro Procópio como Coordenador Geral da Área 5 pelo Sr. Marcus Vinícius Polignano. José de Castro Procópio assina o documento como Presidente do Instituto Guaicuy.

¹⁹ Fonte: [Instituto Guaicuy](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁰ Fonte: [Instituto Guaicuy](#). Acesso em 10/06/2020.



b) Infoc Editoras Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Infoc Editoras Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	26.169.920/0001-21 ²¹		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	47.610-01 - Comercio varejista de livros		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	18/10/1989		
Endereço	Rua Dante, 438, D, São Lucas, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.240-290		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ²²	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²³	Função/Cargo
Hernania Lustosa	220.312.866-68	60,00%	Sócio
José de Castro Procópio	308.414.706-00	5,00%	Sócio
Mariza Junia de Oliveira Prates	525.768.336-91	12,00%	Sócio
Ronaldo Cesar da Silva	248.135.086-34	12,00%	Sócio
Silvinha Goncalves de Souza Rocha	246.769.506-91	10,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁴	
N/I	N/A	N/A	

²¹ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra Baixada - Extinção por Encerramento Liquidação Voluntaria, datada em 25/01/1991.

²² A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 27/05/2020.

²³ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²⁴ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	27/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor



4.4 Vínculos Políticos				
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	05	N/A	N/A	N/A	N/A	05
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

²⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ²⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Superior Tribunal de Justiça	2011/0206891-9	24/11/2011	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contratos	Agravo em Recurso Especial	Agravante: Infoc Editora Ltda. Agravado: Informare Editora de Publicações Periódicas Ltda.
Superior Tribunal de Justiça	2012/0091296-2	09/05/2012	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contratos - Franquia	Agravo em Recurso Especial	Agravante: Infoc Editora Ltda. Agravado: Informare Editora de Publicações Periódicas Ltda.
Superior Tribunal de Justiça	0021029- 71.2012.8.16.0000	20/11/2013	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contratos - Franquia	Recurso Especial	Recorrente: Odair Pereira Bueno e Outros Recorrido: Informare Editora de Publicações Periódicas Ltda. Interessado: Infoc Editora Ltda. e Outro
Superior Tribunal de Justiça	2014/0035712-7	24/02/2014	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contratos - Franquia	Agravo em Recurso Especial	Agravante: Odair Pereira Bueno Agravado: Informare Editora de Publicações Periódicas Ltda. Interessado: Infoc Editora Ltda. e Outro
Superior Tribunal de Justiça	2014/0066165-4	31/03/2014	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contratos - Franquia	Agravo em Recurso Especial	Agravante: Antônio Carlos Medeiros Nunes Agravado: Informare Editora de Publicações Periódicas Ltda. Interessado: Infoc Editora Ltda.

4.6 Registros de Mídia ²⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

²⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) José de Castro Procópio CPF 308.414.706-00

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	José de Castro Procópio CPF 308.414.706-00		
Nome Fantasia	Lapalund		
CNPJ	08.756.243/0001-66		
Natureza Jurídica	Empresário Individual		
CNAE Primário	74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente		
CNAE Secundário	Não informada -		
Capital Social	BRL 5.000,00		
Data de Abertura	12/04/2007		
Endereço	Rua Jose Dias Sales, 96, A, São Paulo, Matozinhos - MG, CEP: 35.720-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ²⁸	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²⁹	Função/Cargo
José de Castro Procópio	308.414.706-00	100,00%	Titular
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³⁰	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta

²⁸ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 25/05/2020.

²⁹ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁰ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	27/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneas	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos			
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		01			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

³¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ³² - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ³³			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³³ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

d) Zélia Maria de Castro Procópio

4.6 Registros de Mídia ³⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo. Não foi possível identificar o CPF do *Target* para enriquecimento de dados deste relatório.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Marcia Rodrigues Marques”, Coordenadora Temática de Mobilização Social do Instituto Guaicuy, inscrita no CPF sob o número 735.513.846-49, responsável por coordenar as atividades de mobilização social junto aos atingidos.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MARCIA RODRIGUES MARQUES

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Marcia Rodrigues Marques", ("Marcia Marques", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 735.513.846-49, e com entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Claudia Rodrigues Marques Moreira ("Claudia Moreira")	Pessoa Física	526.437.606-97
Conteudonet Ltda.	Pessoa Jurídica	04.599.584/0001-14
Sandra Regina Marques Cabral dos Santos ("Sandra dos Santos")	Pessoa Física	013.185.656-18



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Marcia Marques Sandra dos Santos
Interações com agentes públicos ou administração pública		Marcia Marques Sandra dos Santos
Parcerias com ATI em questão		Marcia Marques
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		Marcia Marques
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	Marcia Marques
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Marcia Marques Conteudonet Ltda.
Relação com Vale		-
		-



4. RESULTADOS

a) Marcia Rodrigues Marques

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Marcia Rodrigues Marques	
CPF	735.513.846-49	
Data de Nascimento	25/06/1967	
Posição	Coordenadora Temática de Mobilização Social - Instituto Guaicuy ¹	
Endereço	Rua Cascatinha, 31 Conjunto Celso Machado, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.882-510	
Outros Endereços	Rua David Tows, 2017, Sob 5, Sítio Cercado, Curitiba - PR, CEP: 81.910-440 Rua Barbara Lais, 99 Vila Lais, São João de Meriti - RJ, CEP: 25.581-001	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

¹ Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	02	02	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	4ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	9ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5.1 Processos Judiciais ⁵ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0017699-21.2004.8.19.0208	N/I	Lesão Corporal Leve (Art. 129 - CP) - Ameaça (Art. 147 - CP)	Termo Circunstanciado	Autor do Fato: Marcia Rodrigues Marques
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0021230-47.2006.8.19.0208	N/I	Lesão Corporal Leve (Art. 129 - CP) - Injúria	Termo Circunstanciado	Envolvido: Marcia Rodrigues Marques
Superior Tribunal de Justiça	2007/0256102-6	05/11/2007	Direito Civil - Obrigações - Espécies de Contrato - Alienação Fiduciária	Recurso Especial	Recorrido: Marcia Rodrigues Marques Recorrente: Banco Finasa S.A.
Superior Tribunal de Justiça	2014/0051060-4	N/I	N/I	Agravo Regimental na Reclamação	Agravante: Marcia Rodrigues Marques Reclamado: Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Cível do Estado do Rio Grande do Sul Interessado: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE/RS

4.6 Registros de Mídia ⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
	1986 - 1990	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Última atualização em 30/08/2019.
	1991 - 1997	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques possui mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, defendendo a seguinte tese: "Morfodinâmica Fluvial Cenozóica no Vale do Rio Paraopeba entre o Fecho do Funil e Juatuba". Última atualização em 30/08/2019.
	1992	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques possui "Aperfeiçoamento em Geoprocessamento e Cartografia Automatizada" pela

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁶

4.6 Registros de Mídia ⁶			
Lattes ⁷		e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	"Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	01/1994 - 01/1995	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" de Geografia, com vínculo de "contratada" e carga horária de 4 horas semanais, pelo "Colégio São Luis Gonzaga, SÃO LUIS GONZAGA, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	08/1994 - 07/1996	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" na Graduação do curso de Ciências Sociais, com vínculo de "celetista" e carga horária de 12 horas semanais, pela "Universidade Vale do Rio Doce, UNIVALE, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	08/1996 - 05/1998	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" de Geografia, com vínculo de "contratada" e carga horária de 33 horas semanais, pelo "Colegium, COLEGIUM, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	1998 - 2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" com vínculo de "celetista" e carga horária de 18 horas semanais no "Colégio Edna Roriz, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Corretora de prova de Vestibular (Geografia)", periodicamente no mês de janeiro, com vínculo contratual, pela "Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	2002 - 2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente V" com vínculo de "celetista" e carga horária de 31 horas semanais, no "Centro Universitário de Belo Horizonte, UNIBH, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	09/2003 - 12/2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente" na graduação do curso de Ciências Biológicas, com vínculo de "celetista" e carga horária de 4 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	08/2003 - 12/2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente" na Graduação do curso de Letras, com vínculo de "celetista" e carga horária de 4 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade

⁷ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 01/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁶

			<i>Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil</i> ". Última atualização em 30/08/2019.
2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" na Graduação do curso de Geografia, com vínculo de "celetista", pela "Faculdade de Minas Gerais, FAMINAS, Brasil", carga horária não informada. Última atualização em 30/08/2019.
2004 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Corretora de prova de Vestibular (Geografia)", periodicamente no mês de janeiro, com vínculo contratual, pela "Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
02/2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente" na graduação do curso de Geografia, com vínculo de "celetista" e carga horária de 4 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
02/2005 - 12/2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente" na graduação do curso de Geografia, com vínculo de "celetista" e carga horária de 8 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
08/2005 - 12/2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora Assistente" na Graduação do curso de Relações Internacionais, com vínculo de "celetista" e carga horária de 8 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
2006 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora de Pós-Graduação" na Pós-Graduação do curso de Estudos Diplomáticos, com vínculo de "professora visitante" e carga horária de 4 horas semanais, pelo "Centro de Direito Internacional, CEDIN, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
07/2006	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" na Pós-Graduação do curso de Estudos Ambientais, com vínculo de "professor visitante" e carga horária de 4 horas semanais, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
01/2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" na Pós-Graduação do curso de História e Cultura Afro-Brasileira, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
07/2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades		Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Professora" na Pós-Graduação do curso de História e Cultura Afro-Brasileira, pela "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.



4.6 Registros de Mídia ⁶			
	2011 - 2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques atuou como "Tutora de Ensino a Distância (EAD)", com vínculo de "bolsista" perante a Instituição e carga horária de 20 horas semanais, pela "Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil". Última atualização em 30/08/2019.
	2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Marcia Rodrigues Marques teria atuado na "Assessoria Técnica ao Ministério Público - Desastre de Brumadinho, MG. 2019."
CORE ⁸	2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, reporta a publicação do artigo: "Ocupação Sustentável do Entorno do Parque do Sumidouro", nos anais do "XIII Encontro de Geógrafos de América Latina", ocorrida de 25 a 29 de julho de 2011. "O objetivo da pesquisa realizada é demonstrar como o sucesso de uma ação de preservação ambiental depende da educação ambiental e de políticas sociais que promovam a participação da comunidade de forma sustentável.". Marcia Rodrigues Marques consta como coautora do referido artigo científico.
Lume Estratégia Ambiental ⁹	19/02/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação de relatório elaborado pela Lume Estratégia Ambiental Ltda. evidencia a participação de Marcia Rodrigues Marques como geógrafa integrante da equipe de consultores técnicos da referida empresa, exercendo a função de "Mobilização Social" e "Educação Ambiental". O relatório refere-se à apresentação do Plano de Trabalho Consolidado (PTC) ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA: "A LUME Estratégia Ambiental Ltda., detentora do Contrato Nº 042/2012, referente à elaboração do Enquadramento dos corpos de água em classes de uso e conservação da água e respectivo Plano de Recursos Hídricos para a Bacia Hidrográfica do Rio Benevente, por meio deste documento, apresenta o Plano de Trabalho Consolidado - PTC consoante às especificações no Edital de Concorrência nº 002/2012 e seus anexos. O presente relatório tem por objetivo apresentar, o planejamento para a execução dos serviços, descrevendo a abrangência dos trabalhos e as indicações metodológicas para a elaboração do mesmo.".
Meu Bairro Buritis ¹⁰	13/11/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Meu Bairro Buritis reporta a realização da "02ª Caminhada Ecológica do Córrego Cercadinho". O ato, organizado pelo projeto de extensão "Cercadinho Vivo", do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), juntamente com a Prefeitura de Belo Horizonte, teve como motivação a degradação ambiental ao redor do mundo. Marcia Rodrigues Marques,

⁸ Fonte: [CORE](#). Acesso em 01/06/2020.

⁹ Fonte: [Lume Estratégia Ambiental](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Meu Bairro Buritis](#). Acesso em 11/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁶			
			coordenadora do projeto, explicou os objetivos da caminhada: “Esta caminhada visa sensibilizar a população para a atual situação do córrego, buscando uma melhor qualidade de vida para os moradores e usuários da bacia. Dentre os problemas identificados, a grande quantidade de lixo se destaca”.
Águas e Mobilidade de BH ¹¹	22/03/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Águas e Mobilidade de BH reporta a elaboração de “Carta Aberta à Prefeitura de Belo Horizonte, à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público” relatando a problemática dos recursos hídricos de Belo Horizonte. “O tratamento equivocado dos recursos hídricos, evidente nesse balanço negativo entre excesso e falta de água, pode ser facilmente percebido no contexto urbano. Um exemplo paradigmático é a cidade de Belo Horizonte, que teve a boa oferta hídrica da bacia do ribeirão Arrudas como justificativa para que aqui fosse construída a nova capital do estado de Minas Gerais. No entanto, desde a fundação, a cidade vem lidando de maneira errática com os córregos e ribeirões, tanto na ocupação de suas áreas de inundação e retificação de seus cursos d’água quanto atuando diretamente em sua poluição.”. Marcia Rodrigues Marques consta como signatária da Carta Aberta.
Hoje em Dia ¹²	02/08/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Hoje em Dia reporta a suspensão da reintegração de posse do bairro Olhos D’ Água, que seria realizada em julho de 2019. “Em decisão proferida na última segunda-feira (29), a juíza convocada Renata Mesquita suspendeu a ordem judicial até que “seja apresentado um plano de desocupação da área e relocação dos moradores, com a realização de audiência de conciliação”. Marcia Rodrigues Marques, na condição de Coordenadora do projeto “Cercadinho Vivo”, deu o seu depoimento sobre uma obra que está sendo realizada ao lado da ocupação.
Sites.Google ¹³	29/04/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Sites.Google reporta a elaboração de Carta Aberta, redigida em inglês por sociólogos estadunidenses, e assinada pela comunidade acadêmica das ciências sociais ao redor no mundo. A carta foi publicada após o Presidente Jair Bolsonaro, juntamente com o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar, em 25 de abril de 2019, a intenção de descentralizar investimentos nos departamentos de filosofia e sociologia das universidades públicas. Segundo a carta, o objetivo seria dar suporte aos profissionais de sociologia e seus programas de pesquisa, e manifestar oposição à tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de desinvestir nas áreas de ciências sociais. São signatários da Carta Aberta mais de 17.000 pessoas ao redor do mundo, dentre as quais figura Marcia Rodrigues Marques.

¹¹ Fonte: [Águas e Mobilidade de BH](#). Acesso em 01/06/2020.

¹² Fonte: [Hoje em Dia](#). Acesso em 01/06/2020.

¹³ Fonte: [Sites.Google](#). Acesso em 01/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁶			
Hoje em Dia ¹⁴	17/05/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Hoje em Dia reporta a ocupação irregular de "terreno às margens da BR-356, entre os bairros Belvedere e Olhos d'Água, Centro-Sul de Belo Horizonte.". As moradias improvisadas fazem divisa com a Área de Preservação Especial (APE) do Manancial Cercadinho. Marcia Rodrigues Marques, identificada como professora e coordenadora do projeto "Cercadinho Livre", deu a declaração: "O Cercadinho é um dos poucos mananciais em BH. A falta de esgoto e de infraestrutura pode contaminar diretamente o curso d'água ou indiretamente no subsolo. Esse é um manancial muito importante. É preciso atenção para não termos danos".
Hoje em Dia ¹⁵	28/05/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Hoje em Dia reporta o aumento do índice de desmatamento da mata atlântica no Estado de Minas Gerais. Marcia Rodrigues Marques, professora e ambientalista, fez o seguinte alerta sobre o tema: "Estamos perdendo espécies por falta de continuidade. Os animais precisam de mais área para sobreviver, mas têm ficado sem o próprio habitat". Ademais, ressaltou também os impactos econômicos que o desmatamento gera: "Toda vez que a gente perde biodiversidade, perde potencial econômico. Ninguém pensa nisso. Por exemplo, na riqueza em relação à quantidade de remédios que podem ser extraídos".
Blog Leia ¹⁶	13/11/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Blog Leia reporta a realização de "projetos de conservação e valorização das águas de Minas gerais" ao redor do Estado, dentre os quais figura o projeto "Cercadinho Vivo", do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e coordenado por Marcia Rodrigues Marques. "Em 2015, alunos e professores do curso de geografia do UniBH resolveram dar vida a um projeto de extensão que buscava resgatar informações sobre o Cercadinho, uma bacia com cursos de água correndo na região da própria universidade.". Em relação aos resultados obtidos, Marcia afirma: "Nesses quatro anos de projeto, os resultados comprovam que uma comunidade envolvida faz a diferença. Melhoramos a qualidade em diversos pontos do Cercadinho. Em alguns lugares, passou de ruim para médio. Em outros, de médio para bom".
Instituto Guaicuy ¹⁷	14/04/2020	Parcerias com ATI em questão	Publicação no portal do Instituto Guaicuy reporta a designação, por José de Castro Procópio ¹⁸ , Presidente do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas, de Marcia Rodrigues Marques, através da "Portaria n. 003", ao cargo de Coordenadora de Mobilização Social, compondo a equipe técnica multidisciplinar permanente da referida Assessoria Técnica Independente.

¹⁴ Fonte: [Hoje em Dia](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Hoje em Dia](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁶ Fonte: [Blog Leia](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁷ Fonte: [Instituto Guaicuy](#). Acesso em 01/06/2020.

¹⁸ José de Castro Procópio figura como *Target* em outro Relatório, como "Coordenador Geral" no Instituto Guaicuy.



b) Claudia Rodrigues Marques Moreira

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Claudia Rodrigues Marques Moreira	
CPF	526.437.606-97	
Data de Nascimento	06/08/1961	
Posição	Irmã de Marcia Rodrigues Marques	
Endereço	Rua Candido Naves, 39, Ouro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.310-460	
Outros Endereços	Rua Zilah Correa de Araújo, 440, Ouro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.310-450	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁹
Conteudonet Ltda. ME	04.599.584/0001-14	99,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	N/D ²⁰
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	05/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta

¹⁹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²⁰ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 52643760697 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet."





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ²¹				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²²				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²³	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

²¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²² A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²³							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ²⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ²⁵ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

²⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

²⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) Conteudonet Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Conteudonet Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	04.599.584/0001-14		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	63.91-7-00 - Agências de notícias		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	12/05/1999		
Endereço	Rua Susana Maria, 260, A, Paquetá, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.340-250		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ²⁷	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²⁸	Função/Cargo
Claudia Rodrigues Marques Moreira	526.437.606-97	99,00%	Sócio-Administrador
Danielle Rodrigues Marques Resende	728.134.156-34	01,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁹	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	N/D ³⁰

²⁷ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 01/06/2020.

²⁸ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²⁹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ³²	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		04				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

³¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.



4.5.1 Processos Judiciais ³³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	9389229.20.2006.8.1 3.0024	N/I	N/I	Execução Fiscal	Exequente: Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte Executado: Conteudonet Ltda. e Outros

4.6 Registros de Mídia ³⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



d) Sandra Regina Marques Cabral dos Santos

4.1 Dados Cadastrais	
Nome Completo	Sandra Regina Marques Cabral dos Santos
CPF	013.185.656-18
Data de Nascimento	24/09/1977
Posição	Filha de Marcia Rodrigues Marques
Endereço	Avenida Charles Schnneider, 850, Parque Sr. do Bonfim, Taubaté - SP, CEP: 12.040-000
Outros Endereços	Avenida João Ramalho, 745, Residencial Novo Horizonte, Taubaté - SP, CEP: 12.042-303 Rua Firmo Mendes Castilho, 140, Bloco 40 Apartamento 28, Cecap, Taubaté - SP, CEP: 12.043-020 Rua Firmo Mendes Castilho, 140, Bloco 40 Apartamento, Cecap, Taubaté - SP, CEP: 12.043-020 Rua Projetada, 45, Bloco 40 A 28, Cecap, Taubaté - SP, CEP: 12.043-101
Participações em Outras Empresas	
N/I	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	11/06/2020	N/D ³⁵
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta

³⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	10/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ³⁶				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁷							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios

³⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁷							
Tribunal de Justiça do Estado	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	15ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ³⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ³⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁴⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Doczz ⁴¹	09/08/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Doczz reporta o "Edital de Divulgação do Resultado Final das Provas Objetivas e Homologação Referente ao Edital 003/2011, promovido pela Prefeitura Municipal de Taubaté, o qual Sandra Regina Marques Cabral dos

³⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

³⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴¹ Fonte: Doczz. Acesso em 11/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁴⁰			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	Santos consta na posição "1230" referente à sua candidatura ao cargo de "receptionista".
Instituto Brasileiro de Administração Municipal ⁴²	22/11/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal reporta o Edital de Divulgação de Notas das Provas Objetivas referente ao Concurso Público 01/2013, promovido pela Prefeitura de Taubaté, o qual Sandra Regina Marques Cabral dos Santos consta com pontuação de "23,00" referente à sua candidatura ao cargo de "Serviços Administrativos".
Docplayer ⁴³	03/04/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Docplayer reporta o edital de classificação preliminar do Concurso Público 001/2019 promovido pela Prefeitura de Taubaté, o qual Sandra Regina Marques Cabral dos Santos consta com o status "Reprovado" referente à sua candidatura ao cargo de "auditor chefe".

⁴² Fonte: [Instituto Brasileiro de Administração Municipal](http://www.institutoibam.org.br). Acesso em 11/06/2020.

⁴³ Fonte: [Docplayer](http://www.docplayer.com.br). Acesso em 11/06/2020.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Marcus Vinícius Polignano”, Coordenador Geral da Região 5, inscrito no CPF sob o número 456.609.136-87, responsável por coordenar as atividades gerais que abrangem a Região 5.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Ref.: Relatório Factual Preliminar
Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Marcus Vinícius Polignano", ("Marcus Polignano", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 456.609.136-87, e com entidades e/ou familiares a ele relacionados, (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), as quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Josefina Teixeira Polignano ("Josefina Polignano")	Pessoa Física	156.192.496-20



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	Marcus Polignano
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Marcus Polignano
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Marcus Polignano
Interações com agentes públicos ou administração pública		Marcus Polignano
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		Marcus Polignano
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		Marcus Polignano
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Marcus Polignano Josefina Polignano
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Marcus Vinícius Polignano

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Marcus Vinícius Polignano	
CPF	456.609.136-87	
Data de Nascimento	27/11/1956	
Posição	Coordenador Geral Instituto Guaicy	
Endereço	Rua Rubelita, 371 Casa, Lourdes, Montes Claros - MG, 39401-483	
Outros Endereços	Rua Joaquim Silverio, 984 Casa, Coração Eucarístico, Belo Horizonte - MG, 30535-620 Rua Patagônia, 19 Ap 701, Sion, Belo Horizonte - MG, 30320-080 Rua das Samambaias, 242, Res Perola, Sinop - MT, 78558-105 Rua Manaca, 328 Casa, Jardim Karla, Pinhais - PR, 83328-140 Avenida Alfredo Balena, 190, Centro, Belo Horizonte - MG, 30130-100 Rua Buenos Aires, 258, Jardim Perola, Governador Valadares - MG, 35051-070	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
Instituto Guaicy SOS Rio das Velhas	04.518.749/0001-86	0,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	N/D ²
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	N/D ³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 456.609.136-87 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 25/05/2020.

³ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão". Acesso em 25/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Marcus Vinicius de Almeida Ramos	PSD	Rio Pardo de Minas - MG	2016	BRL 1.000,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁵	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
Estadual	Universidade Federal de Minas Gerais	Professor do Magistério Superior		N/I

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

⁵ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 25/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos			
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente			
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Mato Grosso	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	06	N/A	N/A	N/A	N/A	06
Tribunal de Justiça do Estado	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Mato Grosso	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Tribunal Regional Federal	4ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	9ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	23ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Mato Grosso	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Paraná	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		09				
CADE	N/A		N/I				

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶		
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	7032542-91.2010.8.13.0024	24/05/2010	Dívida Ativa	Execução Fiscal	Ativa: Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte Passiva: Marcus Vinicius Polignano
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0005519-32.2002.8.13.0556	25/03/2003	N/I	Procedimento de conhecimento - processo de conhecimento - processo cível e do trabalho	Ativa: Município de Rio Pardo de Minas Passiva: Maria Raimunda de Faria Costa Outro: Marcus Vinicius Polignano
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	3201243-20.2010.8.13.0433	17/05/2010	Espécies de contratos - civil - locação de imóvel - obrigações	Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	Ativa: Antonia Ferreira Deusdara Passiva: Marcus Vinicius Polignano; Guilherme Henrique de Freitas Costa Alves da Silveira; Claudia Maria Costa Polignano.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5027307-36.2017.8.13.0024	07/03/2017	Direito civil - obrigações - espécies de contratos - alienação fiduciária	Notificação	Notificante: Banco BMG S.A. Notificado: Marcus Vinicius Polignano; Claudia Maria Costa Polignano.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5059449-25.2019.8.13.0024	08/06/2020	Direito civil - coisas - propriedade - aquisição - acessão	Tutela antecipada antecedente	Requerente: Marcus Vinicius Polignano; Claudia Maria Costa Polignano Requerido: Banco BMG S.A.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5097467-18.2019.8.13.0024	04/07/2019	Direito civil - obrigações - espécies de contratos - alienação fiduciária	Procedimento comum cível	Autor: Marcus Vinicius Polignano; Claudia Maria Costa Polignano Réu: Banco BMG S.A.
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0003369-68.2009.4.01.3800	29/01/2009	Conselhos Regionais e Afins	Execução Fiscal	Ativa: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais Passiva: Marcus Vinicius Polignano
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0003395-32.2010.4.01.3800	20/01/2010	Conselhos Regionais e Afins	Execução Fiscal	Ativa: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais

⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)

Passiva: Marcus Vinicius Polignano

4.6 Registros de Mídia⁸

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ⁹	1985 - 1989	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano cursou <i>Mestrado em Epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais</i> . Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	1988 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano é, desde 1988 até os dias atuais, servidor público, professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em regime de dedicação exclusiva, com carga horária de 40 horas. Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano possui <i>Doutorado em Pediatria Social pela Universidade Federal de Minas Gerais</i> . Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	2004 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Outras Parcerias	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano atua no Projeto Manuelzão como coordenador. Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	2006 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano atua como coordenador do Curso de Especialização em Gerenciamento Municipal de Recursos Hídricos. Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	2007 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Outras Parcerias	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano atua em Projeto de educação ambiental - DRENURBS como coordenador. Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	2007 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Outras Parcerias	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano atua no Saúde na Escola como coordenador. Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.
	Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Marcus Vinicius Polignano é <i>Professor associado do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais</i> . Última atualização do curriculum ocorreu em 03/09/2015.

⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ Fonte: Lattes. Acesso em 14/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
LinkedIn ¹⁰	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Em consulta ao perfil no LinkedIn de Marcus Vinícius Polignano foi identificado experiência profissional: <i>"professor associado DMPS na Universidade Federal de Minas Gerais"</i> .
Câmara Municipal de Belo Horizonte ¹¹	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte reporta que Marcus Vinícius Polignano esteve em audiência com representantes do Projeto Manuelzão, associações e Ouvidoria Ambiental de Minas Gerais, para questionarem medidas sustentáveis de despoluição de represa. Segundo a mídia Marcus Vinícius Polignano seria coordenador geral do Projeto Manuelzão. <i>"O coordenador geral Marcos Vinícius Polignano considerou que os municípios envolvidos são os responsáveis por reconhecer o problema e que é preciso um plano para cada sub-bacia da Lagoa"</i> .
ABES ¹²	N/I	Outras Parcerias	Publicação no portal da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental reporta assinatura de contrato de <i>"prestação de serviços técnicos especializados com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP"</i> , para a continuação do Projeto Manuelzão, no qual Marcus Vinícius Polignano é coordenador. <i>"Desenvolvido pelo Projeto Manuelzão, sob a coordenação do professor Marcus Vinícius Polignano, do Departamento de Medicina Aplicada, da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Meta 2014, visa a realização de ações de melhoria da qualidade e da quantidade disponível das águas do Velhas"</i> .
Câmara Municipal de Belo Horizonte ¹³	18/04/2010	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte reporta que Marcus Vinícius Polignano, que seria o coordenador geral do Projeto Manuelzão da Universidade Federal de Minas Gerais, esteve presente em audiência com representantes do poder público e associações. <i>"Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana discutiu a Operação Urbana do Isidoro, prevista no Projeto de Lei 820/2009, que trata de alterações ao Plano Diretor e à Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município"</i> . <i>"O projeto é bom, mas não podemos nos furtar ao debate"</i> , comentou o professor Marcus Vinícius Polignano, coordenador geral do Projeto Manuelzão da Universidade Federal de Minas Gerais".
Universidade Federal de Minas	01/11/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação no portal da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Marcus Vinícius Polignano, que é colunista de Meio Ambiente da universidade,

¹⁰ Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 14/05/2020.

¹¹ Fonte: [Câmara Municipal de Belo Horizonte](#). Acesso em 06/05/2020.

¹² Fonte: [ABES](#). Acesso em 14/05/2020.

¹³ Fonte: [Câmara Municipal de Belo Horizonte](#). Acesso em 06/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Gerais ¹⁴		e/ou atividades	faz críticas a mineradora que quer explorar ouro em área atingida por rompimento de barragem em Bento Rodrigues. "Dois anos após o rompimento da barragem em Mariana, uma mineradora anuncia a intenção de explorar ouro na região de Bento Rodrigues. O coordenador do Projeto Manuelzão da UFMG, professor Marcus Polignano, critica a impunidade e a falta de sensibilidade de quem quer usar a área antes mesmo da recuperação". Marcus também diz: "Querem transformar a desgraça em negócio. É uma ganância desenfreada, uma falta de sensibilidade absurda. Independente do valor material, estamos falando de uma área que foi devastada por um dano ambiental e até hoje não foi reparada. Fica a sensação de que não aprendemos com a lição"
G37 ¹⁵	05/06/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal de notícias G37 reporta a assinatura de uma Carta de Compromisso com a preservação do Rio das Velhas, no qual Marcus Vinícius Polignano, que seria o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, assinou a carta juntamente com Governo do Estado de Minas Gerais e 16 prefeitos de municípios que fazem parte da bacia do Rio das Velhas. "A Carta de Compromisso é um documento coletivo, que define a atuação sistêmica e coordenada de vários atores, com o objetivo de promover ações que garantam a disponibilidade de água em quantidade e qualidade, para a segurança hídrica da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, especialmente para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O documento é focado em três pontos principais: melhoria da qualidade da água e redução da poluição (tratamento de esgotos), conservação e produção de água, além de gestão ambiental e participação social".
Universidade FUMEC ¹⁶	06/12/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal da Universidade FUMEC reporta que Marcus Vinícius Polignano esteve em debate com temática ambiental, na pré-estréia do documentário investigativo "O Ambientalista". Participaram do debate a subprocuradora-geral da República, Sandra Cureau, o professor de pós-graduação da FUMEC, Rômulo Felix e o condutor da série, Neylor Aarão.
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁷	11/04/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Marcus Vinícius Polignano, que é colunista de Meio Ambiente da universidade, faz críticas a falta de pagamento de multas aplicadas pelo IBAMA à mineradora Anglo American. Segundo a notícia "O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

¹⁴ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](http://www.ufmg.br). Acesso em 07/05/2020.

¹⁵ Fonte: [G37](http://g37.com.br). Acesso em 05/05/2020.

¹⁶ Fonte: [Universidade FUMEC](http://www.fumec.br). Acesso em 14/05/2020.

¹⁷ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](http://www.ufmg.br). Acesso em 07/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			(IBAMA), aplicou multa de R\$ 72,6 milhões à mineradora Anglo American, devido aos dois rompimentos no mineroduto Minas-Rio, na altura de Santo Antônio do Gramma, na Zona da Mata". "Na Coluna de Meio Ambiente, o coordenador do projeto Manuelzão da UFMG, professor Marcus Polignano, elogia a aplicação da multa, mas critica a falta de efetividade do pagamento. Segundo ele, em sua maioria, as empresas recorrem na Justiça para adiar o pagamento e ajudar a recuperar as áreas atingidas".
O Nacional ¹⁸	30/01/2019	Mídias adversas	Publicação no website de notícias O Nacional reporta que Marcus Vinícius Polignano, que é presidente do Fórum Mineiro de Comitê de Bacias Hidrográficas, disse que: "o rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), não deve ser classificado como tragédia, mas como um dos maiores crimes ambientais já registrados no estado". Marcus Vinícius Polignano também diz: "Mais do que declarações, precisamos efetivamente que os poderes públicos, do nível estadual e federal, tomem definitivamente atitudes, porque não aguentamos mais enterrar mortos, enterrar feridos, enterrar biodiversidade, enterrar rios".
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁹	25/03/2019	Mídias adversas	Publicação no portal da Universidade Federal de Minas Gerais reporta "lançamento do livro Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce - em busca de respostas", no qual Marcus Vinícius Polignano, juntamente com Tarcísio Magalhães Pinheiro, Eugênio Marcos Andrade Goulart e José de Castro Procópio foram os responsáveis pela produção do livro.
Universidade Federal de Minas Gerais ²⁰	22/04/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal da Universidade Federal de Minas Gerais reporta que Marcus Vinícius Polignano teria sido agraciado com medalha de Inconfidência, maior honraria concedida pelo Governo de Minas Gerais. "Este ano foram indicadas apenas instituições e entidades envolvidas no resgate e suporte a vítimas do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho". "Os professores agraciados integram o Programa Participe UFMG, lançado em 2015, com ações de ensino, pesquisa e extensão em apoio à população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, e pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho".
Estado de Minas Gerais ²¹	07/05/2019	Mídias adversas	Publicação no portal do Estado de Minas Gerais reporta que Marcus Vinícius Polignano foi ouvido por parlamentares na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI das barragens, no qual foi discutido "o risco da segurança hídrica de Belo

¹⁸ Fonte: [O Nacional](#). Acesso em 14/05/2020.

¹⁹ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso em 07/05/2020.

²⁰ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso em 07/05/2020.

²¹ Fonte: [Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 05/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			<p>Horizonte e região metropolitana quanto as barragens próximas ao Alto Rio das Velhas".</p> <p>"Durante a reunião da comissão, o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas), Marcus Vinícius Polignano, foi ouvido pelos parlamentares para colher informações sobre os impactos da mineração na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas".</p>
Câmara Municipal de Belo Horizonte ²²	09/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	<p>Publicação no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte reporta que Marcus Vinícius Polignano participará, como representante do Projeto Manuelzão, de seminário para discutir os riscos de rompimentos de barragens na região metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>"Com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre o risco de colapso no abastecimento de água na capital, em caso de rompimento de barragens da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a CPI das Barragens realiza, na próxima terça-feira (16/7), no Hall da Presidência e no Plenário JK, o Seminário Água versus Mineração. Por meio de oitivas e visitas técnicas da Comissão Parlamentar de Inquérito a Brumadinho, Nova Lima, Rio Acima, Macacos, Ouro Preto e Itabirito, de março a junho deste ano, os vereadores vêm reunindo informações sobre os impactos da atividade mineratória sobre a população e o meio ambiente, sobretudo as Bacias dos Rios Paraopeba e das Velhas".</p> <p>"a segunda mesa terá a participação de Marcus Vinícius Polignano, do Projeto Manuelzão; Jeanine Oliveira, do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas; Evandro Social, vereador da Câmara Municipal de Raposos; Júlio Grilo da Promutuca; e Lillian M Costa, moradora de Macacos".</p>
Tribunal de Justiça de Minas Gerais ²³	15/10/2019	Mídias adversas	<p>Publicação no portal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reporta que Marcus Vinícius Polignano será ouvido em audiência que apura os danos causados pela mineradora Vale com o rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.</p> <p>Segundo a notícia, Marcus Vinícius Polignano é presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, e o objetivo da audiência seria para: "verificar se haverá ou não necessidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte".</p>
Universidade Federal de Minas Gerais ²⁴	24/01/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	<p>Publicação no portal da Universidade Federal de Minas Gerais reporta "Campanha Janeiro Marrom", no qual conta com a participação do Projeto Manuelzão em que Marcus Vinícius Polignano é coordenador do Projeto.</p> <p>"O professor Marcus Vinícius Polignano, da Faculdade de Medicina</p>

²² Fonte: [Câmara Municipal de Belo Horizonte](http://www.camara.gov.br). Acesso em 06/05/2020.

²³ Fonte: [Tribunal de Justiça de Minas Gerais](http://www.tjmg.jus.br). Acesso em 05/05/2020.

²⁴ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](http://www.ufmg.br). Acesso em 07/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
			e coordenador do Projeto Manuelzão, explica que a campanha, além de denunciar os impactos decorrentes de formas destrutivas de mineração, também "honra a memória das pessoas que morreram em virtude dos acidentes e exige a devida reparação ambiental e social".
Jusbrasil ²⁵	11/05/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal do Jusbrasil reporta aposentadoria de Marcus Vinícius Polignano publicada em Diário Oficial. "A Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolve: Nos termos do art. 3º da EC n.º 47/2005, c/c art. 3º, caput e § 1º, da EC n.º 103/2019, aposentar MARCUS VINICIUS POLIGNANO, inscrição UFGM nº 064084, matrícula SIAPE nº 0320012, ocupante do cargo de Professor Associado, Nível 04, lotado na Faculdade de Medicina...".
Instituto Guaicuy ²⁶	22/05/2020	Parcerias com a ATI em questão	No portal do Instituto Guaicuy foi identificada Normativa Interna, instituída pela Portaria n. 005, de 22 de maio do corrente ano, em que consta a nomeação de Marcus Vinícius Polignano como Coordenador Geral da Área 5, feita por José de Castro Procópio ²⁷ .

²⁵ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 14/05/2020.

²⁶ Fonte: [Instituto Guaicuy](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁷ José de Castro Procópio figura como *Target* em outro Relatório, como "Coordenador Geral" no Instituto Guaicuy.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

b) Josefina Teixeira Polignano

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Josefina Teixeira Polignano	
CPF	156.192.496-20	
Data de Nascimento	12/11/1925	
Posição	Mãe de Marcus Vinícius Polignano	
Endereço	Rua João Crisóstomo, 167, Apartamento 103, Coração Eucarístico, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.535-510	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁸
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	22/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta

²⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D ²⁹	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁰							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	1	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²⁹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 21/05/2020.

³⁰ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁰							
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			01		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ³¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5060133-47.2019.8.13.0024	N/I	N/I	Procedimento do Juizado Especial Cível	Autor: Josefina Teixeira Polignano Réu : Município de Belo Horizonte

4.6 Registros de Mídia ³²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Marcus Vinicius Ferreira Evaristo”, Coordenador de Produção Executiva, inscrito no CPF sob o número 070.796.206-43, responsável por coordenar as atividades de produção executiva, como orçamentos e captação de recursos.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MARCUS VINICIUS FERREIRA EVARISTO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020 a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Marcus Vinicius Ferreira Evaristo", ("Marcus Evaristo", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 070.796.206-43, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Marcus Vinicius Ferreira Evaristo 07079620643 ("Marcus 07079620643")	Pessoa Jurídica	27.890.191/0001-60
Maria Helena Ferreira Evaristo ("Maria Evaristo")	Pessoa Física	031.376.556-17



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Marcus Evaristo Maria Evaristo
Interações com agentes públicos ou administração pública		Marcus Evaristo Maria Evaristo
Parcerias com ATI em questão		Marcus Evaristo
Outras Parcerias		Marcus Evaristo
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Maria Evaristo
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Marcus Vinicius Ferreira Evaristo

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Marcus Vinicius Ferreira Evaristo	
CPF	070.796.206-43	
Data de Nascimento	01/02/1986	
Posição	N/A	
Endereço	Avenida dos Andradas, 21, Centro, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.120-010	
Outros Endereços	Rua Xisto, 21, Casa, Santa Tereza, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.010-212 Rua Nilo Peçanha, 53, Apartamento 2, Vila Nova, Blumenau - SC, CEP: 89.035-260	
Participações em Outras Empresas		
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ¹
Marcus Vinicius Ferreira Evaristo 07079620643	27.890.191/0001-60	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	09/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	08/06/2020	Nada consta ²
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de Minas Gerais e Santa Catarina apresentou que não constam débitos.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ³	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	Santa Catarina	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Santa Catarina	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	4ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	12ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Santa Catarina	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	N/I					
CADE	N/A	N/I					
CVM	N/A	N/I					
TCU	N/A	N/I					

4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁶ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Dieese ⁸	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Dieese informa que Marcus Vinicius Ferreira Evaristo teria sido um dos entrevistadores na Pesquisa de Emprego e Salário, realizado pelas entidades Ministério do Trabalho / Codefat / Secretaria de Políticas de Emprego e Salário Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CeI), Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (Seade), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).
Aneste ⁹	N/I	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Aneste informa sobre processo do Tribunal de Contas da União "TC-007.329/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)" no qual Marcus Vinicius Ferreira Evaristo estaria entre os interessados. De acordo com a decisão "os ministros do tribunal de contas da união, reunidos em sessão de 1ª câmara, acordam, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso v; e 39, inciso i, da lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso viii; 143, inciso ii; e 259, inciso i, do regimento interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.", e a decisão se refere a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP.
Transparência do Estado de Minas Gerais ¹⁰	2011	Interações com agentes públicos ou administração pública Outras parcerias	Publicação do portal Transparência do Estado de Minas Gerais informa que Marcus Vinicius Ferreira Evaristo teria realizado despesas com taxi, passes e pedágios, no valor total de BRL 240,10 pagos pela Fundação João Pinheiro.
Jornal de Minas Gerais ¹¹	13/12/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Jornal Minas Gerais informa que Marcus Vinicius Ferreira Evaristo teria sido aprovado em processo seletivo simplificado da PED/RMBH - EDITAL 008/2010, para atuar no cargo de Recenseador Censitário.
Secretaria de Estado e Cultura em Minas Gerais ¹²	16/01/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Secretaria de Estado e Cultura em Minas Gerais informa que Marcus Vinicius Ferreira Evaristo teria recebido aprovação do seu projeto "Aldan - Uma Nova Humilhação" pela Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura-SFIC e a Comissão Técnica de Análise de Projetos-CTAP. Segundo a mídia teria sido aprovado o valor de BRL 59.189,94.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: [Dieese](#). Acesso em 10/06/2020.

⁹ Fonte: [Aneste](#). Acesso em 10/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 10/06/2020.

¹¹ Fonte: [Jornal de Minas Gerais](#). Acesso em 05/06/2020.

¹² Fonte: [Secretaria de Estado e Cultura em Minas Gerais](#). Acesso em 05/06/2020.

